



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política - IPOL

PEDRO SUPERTI PANTOJA

REVEZAMENTOS POLÍTICOS NA NIGÉRIA:

As elites e a disputa pelo poder

Brasília – DF

2018

Pedro Superti Pantoja

**REVEZAMENTOS POLÍTICOS NA NIGÉRIA:
As elites e a disputa pelo poder**

Monografia apresentada para
conclusão do curso de Ciência Política
da Universidade de Brasília, sob a
orientação do Prof. Dr. Aninho
Irachande.

Local e data de aprovação:

Brasília, _____ de _____ de 2018.

Prof. Dr. Aninho Mucundramo Irachande

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Batista

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Henry Aniagoa Kifordu

Universidade de Brasília

Agradecimentos

Em primeiro lugar aos meus pais, pelo apoio, paciência e compreensão que jamais conseguirei retribuir. Obrigado por tudo.

Agradeço ao professor Aninho, que desde o curso de Introdução participou da minha formação. Dele partiu o interesse no tema e fico satisfeito em concluir o curso sob a orientação de quem primeiro me acolheu na Universidade lá em 2014. Agradeço também ao professor Henry Kifordu, autoridade no assunto que não hesitou em auxiliar minha pesquisa. Espero não ter agredido seu país com essa monografia.

Um salve ao mestre Jéferson Assunção. Seus cursos e oficinas me transformaram. Daqui para frente sigo seu caminho, sem rodinhas.

À Marcela, pela presença. Aos amigos Rodrigo, Enrico, Buson e Francisco pelas cervejas que mantiveram minha sanidade nesse ano apocalíptico que foi 2018. Nenhum deles vai mostrar o menor interesse pelo conteúdo deste trabalho mas sei que quando os robôs dominarem o planeta, eles encontrarão seu nomes aqui e em muitas outras memórias, perdidas no que uma vez chamamos de internet.

Resumo:

Desde sua independência, a Nigéria têm visto sua democracia ser ora quebrada ora enfraquecida por poderosas elites políticas que carregam seus interesses pessoais e partidários para dentro da esfera pública. A interferência política em dimensões étnicas, regionais e religiosas ao longo da história do país criou um contexto de lideranças patrimonialistas que afastam minorias do poder e restringem a participação popular. O federalismo não foi capaz de garantir princípios democráticos à sociedade nigeriana, e os constantes entraves ao desenvolvimento humano e econômico impedem o país de realizar seu verdadeiro potencial. Nesse sentido, busca-se compreender a formação das elites que têm se perpetuado no poder executivo e de que forma alguns grupos foram marginalizados das decisões políticas que conduziram o país. O recorte de três aspectos socioculturais na origem das lideranças políticas – religião, região e grupo étnico – permite entender a identidade dessas elites e como a concentração de poder marcou a história do país, e continuará a marcá-la.

Palavras-chave: Nigéria, elites, troca de poder, revezamento, grupos étnicos.

Abstract:

Ever since its independence, Nigeria has seen its democracy be at times weakened and at times broken by powerful political elites that carry their personal and party interests onto the public sphere. The political interference in ethnical, regional and religious dimensions throughout the country's history has created a context in which patrimonialistic leaderships push minorities out of power and constrain popular participation. Federalism hasn't been able to guarantee democratic principles to the Nigerian society, and the constant obstacles to human and economic development keep the country far from reaching its true potential. In this sense, we seek to understand the formation of the elites that have perpetuated themselves in the executive power and how some groups have been marginalized from political decisions that have guided the country. By looking at three sociocultural aspects within those leaders – religion, region and ethnic groups – we can understand the identity of those elites and how the concentration of power has tainted the history of Nigeria, and will continue to do so.

Key words: Nigeria, elites, switch in power, alternation, ethnic groups.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. Referencial teórico: Elites políticas.....	10
2. A Nigéria: revezamentos no poder, Guerra Civil e democratização.....	15
2.1 A questão da Biafra: petróleo e o Delta do Rio Níger.....	17
2.2 O país depois da Guerra Civil.....	20
3. As elites nigerianas em três dimensões.....	25
3.1 Disputas políticas: 1960 a 2015.....	31
4. Conclusão.....	37
5. Referências Bibliográficas.....	39

Introdução

“Many stories matter. Stories have been used to dispossess and to malign. But stories can also be used to empower, and to humanize. Stories can break the dignity of a people. But stories can also repair that broken dignity.”

— **Chimamanda Adichie**

A história da Nigéria é uma que abraça uma miríade de outras. Pouco conhecida no Brasil é a chamada Nollywood, gigantesca produção cinematográfica do país, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia em quantidade de obras por ano. O país é berço também de grandes escritores, e um verdadeiro farol no que diz respeito à literatura exportada da África para o resto do mundo – o primeiro africano laureado com o Nobel de literatura foi o dramaturgo nigeriano Wole Soyinka. Já outras histórias da Nigéria mostram uma face politicamente complexa do “gigante da África”. Para Fagdabebo (2007), a história desse país é marcada pela falta de bons valores éticos e morais na conduta das elites que comandam a Nigéria.

Charles De Gaulle disse que "a política era importante demais para ser deixada nas mãos dos políticos." Essa afirmação diz muito sobre o que deveria ser uma condição ideal da atividade política, especialmente quando se considera que o Estado deve ser inclusivo, aberto, transparente e capaz de acomodar todas as aspirações e interesses de todos os membros da sociedade. Seus resultados devem emergir dos desejos, intenções, aspirações e expectativas gerais da maioria das pessoas dessa sociedade. As condições políticas de um estado inclusivo não devem ser responsabilidade ou atribuição de poucos privilegiados, integrantes das elites. As condições devem ser tais que acomodem todas as preocupações da nação, independentemente da cultura, etnia e afiliações políticas de qualquer indivíduo nessa sociedade.

A situação política nigeriana evoluiu e se transformou ao longo de diferentes episódios de mudanças desde a sua independência, em 1 de outubro de 1960. Foram mudanças importantes que, num primeiro momento criaram divisões e suspeitas, mais do que a desejada unidade de propósitos e consolidação da nacionalidade. Os cidadãos da Nigéria parecem ser mais leais e comprometidos com extrações étnicas e culturais, do que com a ideia de um estado nigeriano. Como resultado desse desenvolvimento, uma estrutura e um conjunto de normas e orientações políticas foram cultivadas e seguidas, com consequências evidentes no grau de subdesenvolvimento dos diferentes setores da economia. A pobreza é comum entre os cidadãos, a corrupção é uma norma nos setores público e privado, o desemprego cresce,

com mais de três milhões de desempregados e subempregados nigerianos, conforme dados oficiais¹. Isso impediu o crescimento, a transformação, o desenvolvimento viável e sustentável do emprego, da agricultura, do poder e da governança, para mencionar apenas alguns aspectos da economia daquele país. Em essência, portanto, o sistema político nigeriano pode ser descrito como um sistema dominado por uma minoria (elite) que exerce influência política, econômica e social fora do processo democrático formalmente estabelecido.

Enquanto, em outras partes do mundo, uma nova geração de líderes está surgindo, facilitando a rápida elevação da sociedade e o desenvolvimento sustentável de suas nações, a situação é, sem dúvida, crítica na África subsaariana. Nesta região, a miséria de décadas de dominação por parte das elites, cujos legados continuaram a servir como incubadoras de crescente desordem sistêmica e anarquia, continuou a ocasionar uma pobreza em massa considerável.

Desde a sua independência política da Grã-Bretanha em 1960, inúmeras mudanças políticas já ocorreram na Nigéria. Diversas mudanças de regime político aconteceram, tendo como consequência a entrada de lideranças autoritárias que dominaram a vida política do país por meio século após a experiência colonial. Ao longo deste período, nem a democracia e nem os governos sobreviveram a um segundo mandato. Por tudo isso, surpreende que nenhuma mudança de regime tenha ocorrido desde 1999 e que o país aparentemente esteja sendo bem sucedido na consolidação do regime democrático. Apesar disso, houve muita desconfiança em relação às três últimas eleições nacionais tanto de parte dos participantes locais quanto dos observadores. Existem muitas dúvidas sobre a suposição de que a elite política nigeriana tenha contribuído para o fortalecimento da ordem social do país desde a independência. Parece existir uma certa relação entre valores historicamente arraigados e interesses, que fundamentam a conduta política da elite dirigente no sentido de negar oportunidades para novos grupos. Quanto maior a influência de um pequeno número de indivíduos ou grupo na sociedade, mais os direitos dos outros e a abertura do sistema político, a inclusão e o estado de direito podem ficar sob pressão.

O resultado é a reprodução em vez de uma alternância política nas elites. A reprodução é o resultado de práticas típicas de grupos particulares de indivíduos com origens comuns e redes sociais. Esta reprodução leva a uma forma híbrida de governança. Nesse caso, o hibridismo se refere à liberalização incompleta e à restrição sistemática da inclusão de novos atores, pelo governo. Este trabalho não contém uma avaliação da natureza da

¹ Fonte: <https://pt.tradingeconomics.com/nigeria/unemployment-rate>.

democracia na Nigéria, nem argumenta que a democracia seria o único regime possível para melhorar a ordem social daquele país. Em vez disso, a análise desenvolvida procura entender em que medida características gerais, como a igualdade e a qualidade do poder executivo são características do sistema político nigeriano.

A principal questão do trabalho é: até que ponto o histórico e composição atual da elite política refletem princípios de igualdade e em que medida restringe a sistema político? As questões mais específicas são: (1) Qual é a composição da Elite Política e Democracia na Nigéria e (2) como é que a composição do núcleo político a elite executiva limita a igualdade política e a qualidade do governo?

No primeiro capítulo, uma revisão da literatura a partir dos elitistas clássicos firma uma base a partir da qual se pensar a estruturação de grupos específicos no controle político do país, ainda que esse arcabouço não tenha tomado qualquer parte do continente africano como ponto de partida. O eco da teoria crítica das elites rebate na indendência da Nigéria, em especial quando Kalu (1996) afirma que para essa nova nação, a única instituição ou classe reconhecível de um ponto de vista organizacional era o exército herdado dos colonizadores. O segundo capítulo pretende traçar um breve histórico político da Nigéria, tangenciando questões econômicas importantes. O entrave ao desenvolvimento econômico mostra raízes no comportamento predatório de minorias políticas que constantemente diluem o potencial da Nigéria em tornar-se uma das nações mais poderosas do planeta. Um rápido entendimento de como a política do país caminhou até o ano de 2018 vai permitir visualizar a movimentação das elites no poder. Os revezamentos desses grupos serão focalizados no terceiro capítulo, onde três grandes aspectos desses grupos serão pinçados: a religião, a região de onde predominam as elites e os grupos étnicos a quais as principais lideranças pertencem. A análise dessas três dimensão vai iluminar essa diligência das vontades individuais em detrimento de um coletivo nacional, privado dos recursos materiais ou não (como educação, gênero e grupo étnico) que as elites abocanharam. Por fim, um capítulo final aborda a fragilidade da atual democracia nigeriana, do ponto de vista da inabilidade em atenuar os conflitos ou desequilíbrios sociais de cunho regional, étnico e religioso. A principal consequência desse fenômeno é uma participação política debilitada, vítima da história de revezamentos políticos no comando da Nigéria.

1. Referencial teórico: Elites políticas

A extensa literatura sobre elites políticas nas Ciências Sociais pode ser dividida em duas perspectivas contrastantes. Uma liberal pluralista, que encontra seu expoente em Robert Dahl (1915-2014), enfoca na dispersão de poder dentro dos grupos minoritários e as frequentes mudanças que decorrem dessa difusão. Ele apostava na representação política de múltiplas minorias, através dos partidos, pois as massas são incapazes de tomar as rédeas para conduzir seu próprio destino. Já a abordagem crítica, anterior à pluralista, toma a concentração de poder e resistência à mudança como elemento central. Os pioneiros dessa perspectiva foram Gaetano Mosca (1968), Vilfredo Pareto (1939) e Robert Michels (1993), pais do elitismo clássico. Para eles o foco está na estrutura que restringe membros de uma elite a poucos indivíduos e que, ao contrário do que coloca a linha pluralista, não permite dispersão de poder, concentra-o em poucas mãos. Eles desenvolveram o conceito de forma a torna-lo útil para a análise geral de fenômenos políticos importantes (ZUCKERMAN, 1997). Os trabalhos desses três autores serviram de suporte analítico para este trabalho, onde busquei compreender as bases do elitismo na Nigéria e as articulações entre os grupos para que os mesmos pudessem permanecer no poder depois da independência.

De acordo com os escritores da teoria crítica, a existência das elites é uma condição natural nas sociedades. Pareto considera uma divisão social em dois corpos: uma classe eleita minoritária (elite que comanda) e uma classe inferior em maioria (que obedece). Na sua análise, as ações individuais são resultados de sentimentos, e com um olho para essa subjetividade inerente, Pareto identifica dois conceitos: os resíduos, impulsos emocionais que se combinam e pautam as ações humanas, e as derivações, tentativas de racionalizar os instintos. Segundo o autor, os resíduos participam da divisão das sociedades pois as mesmas tendem a ser governadas por uma classe dominante, ancorada em resíduos de ordem social como “sentimentos de hierarquia, sentimentos dos superiores, sentimentos dos inferiores” (ibid., p. 65). Além do acesso ao poder e recursos, as elites têm a capacidade de derivação, racionalizam resíduos e tomam decisões de maximização tanto pessoal quanto em associação com seus semelhantes. A massa, ou as pessoas fora da elite, são incapazes de combinar resíduos, agem por impulsos.

A noção de resíduos e derivações abre o caminho para que Pareto incluía na sua teoria a moral e a religião que, aliadas aos resíduos, sistematizam padrões comportamentais. A religião traz uma certa lógica para a atitude orientada por resíduos, justifica e pune

determinados atos.

No caso da Nigéria, o papel da religião é central na constituição das elites. Cada religião possui seu conceito particular de política e por isso busca reconhecimento e institucionalização (ILESANMI, 2001). Muitos partidos políticos e suas lideranças nasceram no país sob a orientação islâmica predominante no norte do país e carregaram os sentimentos de hierarquia dessa tradição para o campo nacional. Kifordu (2011) captura a ideia de derivações e afirma com precisão que na Nigéria, “onde instituições políticas, como os partidos políticos, são dominadas por personalidades de uma elite étnico-regional, a natureza das coalizões pode ser permeada por apelos e interesses emocionais.” Existe uma interferência institucional que, desde a independência, baseia-se em interesses particulares – religiosos, étnicos e regionais – regularmente renovados, e é esse fator que torna a abordagem crítica mais pertinente ao contexto nigeriano (ibid.). A visão pluralista falha quando confrontada com a concentração de poder e precariedade institucional que marca a história do país.

Pareto também identifica que as elites são circuláveis. A ascensão de indivíduos da classe inferior, armados com as qualidades necessárias (educação e poder de união, por exemplo), provocaria uma movimentação social, na qual não apenas novas pessoas ocupam cargos antigos mas levam consigo novos resíduos. Esse fenômeno acontece sobre bases seletivas e individuais, e não por larga participação social; eis a relevância da origem social e acesso à participação política. Uma nova oligarquia seria formada e o domínio da minoria continuaria com uma outra cara. Porém o próprio Pareto percebeu a sucessão de elites por uma outra derivada, de mesma origem e comportamento.

Na Nigéria, essa circulação merece ressalvas. É interessante ver que os revezamentos no poder executivo (capítulo 3) mostram um estrato social que insiste em retornar ao poder. Certas figuras são alçadas e continuamente retornam para grandes posições políticas, ou seja, mantêm a estrutura de poder inalterada. Elas levam consigo características que permanecem sobre outras conforme trocam os líderes.

Mosca, por sua vez, via a possibilidade de circulação coletiva. Mas mesmo que a massa chegue ao poder, ou nele não se manterá, ou dela surgirá uma minoria para dirigir a maioria: a classe política. Como Pareto, Mosca destaca a incontornável governança da classe dirigente, por questões de organização, qualificação e coesão entre os membros. Grupos maiores tendem a se submeter aos menores, seja de forma voluntária ou não; o indivíduo sozinho, perdido na massa, tem força diluída. Isso significa que, para Mosca, a única forma de organização estatal que existe é a oligarquia: “Entre os fatos e tendências encontrados de

maneira constante em todos os organismos políticos, um é tão óbvio que é visível até ao observador menos atento. Em todas as sociedades – desde as parcamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas – aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida” (MOSCA, 1966, p. 51). Essa estrutura numérica focalizada por Mosca, constituída ou não por herdeiros de indivíduos que possuíram tais atributos, também conta com uma liderança, a “testa do estado”, que reúne o apoio da classe governante. Para o autor, essa minoria tende a justificar seu exercício de poder com base em algum princípio moral, tirando o holofote de outros acessos como riqueza, educação, o histórico político e a religião desses grupos.

As oligarquias no norte da Nigéria por muitos anos ocuparam as mesmas posições de poder, na maioria das vezes com a marca de um grupo étnico específico. Com o fim da colonização, é possível perceber que parte dos nigerianos dessa região herdaram o domínio do país diretamente dos britânicos e uma vez independentes, essas oligarquias orbitaram o poder tanto durante os regimes militares quanto os civis. É evidente que a qualificação material e intelectual não se manteve exclusiva aos nortenhos ao longo dos anos, mas essas ferramentas não significaram a derrocada da classe dirigente. Mosca ressalta que o caminho dos ricos até o poder é menos árduo que o dos pobres – uma realidade latente na Nigéria. Ele ainda enxerga que a mescla da religião com essas oligarquias é algo preocupante, capaz de perpetuar ideologias particulares, e esse elemento é identificado no caso nigeriano. Houveram debates sobre a inclusão de parte da religião muçulmana na constituição do país. Em termos étnicos, o final do segundo capítulo vai mostrar como essa circulação das elites aconteceu com grupos que já haviam acessado o poder e privou outros de também alcançá-lo.

A teoria de Michels (1993) levanta a “lei de ferro das oligarquias”, de que uma elite dominante se mantém no poder com grupos organizados como partidos, criando uma diferenciação social vertical. Embora seu aparato crítico esteja voltado para a organização de uma elite no início do século XX, o autor permite encarar uma ambiguidade nas organizações políticas. O meio pelo qual os grupos podem se sustentar é também um no qual eles se dividem e invariavelmente produzem oligarquias. Isso acontece porque a maturação dos partidos produz afastamento progressivo das lideranças com relação às massas governadas e os representantes passam a agir conforme sua própria consciência a despeito do interesse coletivo e descolam-se das bases sociais que autorizaram seu mandato (HOLLANDA, 2011). Por necessidades técnicas e instrumentais, formam-se elites intrapartidárias, afunilando ainda mais o poder de decisão. Assim, a massa não tem capacidade de se articular de forma organizada para tornar-se parte da oligarquia. O modo que permite algum entendimento

político dessa maioria é a delegação de indivíduos capazes, alguém que represente o corpo maior. Sistemáticamente, essa representação é distanciada cada vez mais da vontade da maioria. A própria massa se encontra dividida em duas, uma urbana, outra do campo; a segunda ainda mais alheia à política. Ambas compartilham, entretanto, de uma gratidão às personalidades que entram na vida pública para cuidar dos assuntos que as massas não conseguem. Não é a toa que muitos são reeleitos ou continuam retornando para perto do poder político. Elas necessitam de chefes para dirigi-las. E o descolamento que Michels destaca cria “patrões” que não agem em nome do povo, pouco ou nada interessados no coletivo. De outra forma, faz com que o Estado se transforme num fim em si mesmo, e não um meio.

Na Nigéria, não é difícil perceber o caráter personalístico da política. Ele aparece na maneira com a qual a elite política se apropriou de recursos do Estado para perpetuar-se no executivo, o que evoca o argumento dos elitistas clássicos. Antes de 1970, a agricultura era o motor econômico da Nigéria (OLUSI; OLAGUNJU, 2005). O setor era responsável por 69% do PIB do país, então o maior exportador de amendoim do mundo e o segundo maior de cacau. A partir de 1970, a produção agrícola despencou bruscamente, contribuindo para 49% do PIB ao final deste ano e números ainda menores nos anos seguintes. O maior fator responsável por essa mudança de paradigma, e também pelo enriquecimento dos chefes de Estado do país, foi o petróleo.

Agbibo (2012) sublinha que os períodos militares, mais ou menos trinta dos quarenta anos até a redemocratização (1960-1999), foram responsáveis por institucionalizar a corrupção no país e esvaziar o desenvolvimento social para aumentar ganhos pessoais por desvios na exploração do petróleo. Ainda que não eleitas, as oligarquias militares que conduziram o país eram estruturadas por generais e coronéis e as decisões não ficavam restritas à figura de um homem só, mas de uma junta de oficiais; os partidos não faziam parte do jogo (BRATTON; WALLE, 1997). O cenário que rodeava a acumulação dessa elite militar – e as civis que a seguiram – era um de profunda miséria e desigualdade social, dada a dominação dos recursos, financeiros e imateriais, pelas oligarquias que se revezaram no poder. Conseqüentemente, além dos fatores numéricos e organizacionais, a disputa massa-elite pelo comando do país tornou-se impossível, e os revezamentos que aconteceram ficaram concentrados entre membros de diferentes elites em três linhas: religião, grupo étnico e região.

Um quarto teórico que contribuiu para a abordagem crítica das elites foi o estadunidense C. Wright Mills (1916-1962). Embora os clássicos tenham visto as elites acentuando a impossibilidade do governo do povo, Mills (1956) olhou para as democracias de

sua época e viu a existência de uma rígida estrutura de poder capaz de debilitar essas democracias – não extingui-las – e preservar a hierarquia das elites em três eixos: econômico, militar e político. Essas três forças, não concorrentes, formam uma elite (MIGUEL, 2000), que concentra o poder nacional e o mantém dominado, longe da maioria da sociedade em que existem. Mills focou na elite no poder dos Estados Unidos do século XX mas o intercâmbio de posições (ibid.) que ele encontrou no contexto norte-americano também pode ser pinçado na história política da Nigéria; por exemplo nos militares aposentados financiando campanhas de seus chegados ou antigos generais tentando retornar à presidência nos governos democráticos, ou ainda na apropriação de recursos do petróleo para o enriquecimento de generais. O acesso a qualquer uma dessas pontas do triângulo é fortemente controlado por aqueles indivíduos já parte da elite; há uma seletividade participativa. Ainda que essa elite se divida em três categorias, Mills aponta para os elementos comuns que as conectam, como as origens sociais e os círculos que frequentam. A coesão entre os grupos no poder tem raízes não só no encontro de interesses mas também em termos de atitude e do que os falantes da língua inglesa chamam de “*upbringing*”, ou seja, a socialização que acompanhou esses indivíduos e os manteve associados a seus semelhantes.

Trazendo a análise de Mills para o contexto nigeriano, Kifordu (2011) sublinhou que combinadas à pirâmide militar, econômica e política que constitui a elite no poder, o país ainda conta com uma elite tradicional e outra sociocultural, tendo em vista a história étnica e religiosa na Nigéria. A rede da elite nigeriana que desde a independência orbitou o poder perpassa esses cinco pontos (ibid.).

Para a análise desse trabalho, alieei os aspectos socioculturais da Nigéria aos elitistas clássicos e à perspectiva da trindade de Mills. Os revezamentos no comando do país revelam a circulação (e a inexistência da mesma, em alguns momentos) das elites dentro de linhas étnicas, religiosas e regionais. Tanto nos golpes militares e contragolpes, quanto nas eleições que trocaram os líderes do país, essas três dimensões aparecem de uma forma ou de outra preservadas. Por esse ângulo, pode-se perceber uma reprodução dentro da circulação. Em uma sociedade tão heterogênea quanto a nigeriana, identificar a permanência de traços socioculturais por tantos anos é sintomático de falhas na prática dos princípios democráticos, sobretudo de interferências da política étnica e neopatrimonialista na defesa de interesses pessoais e partidários através do Estado.

2. A Nigéria: revezamentos no poder, Guerra Civil e democratização

A Nigéria está localizada no oeste do continente africano, no Golfo da Guiné, e é hoje o país mais populoso da África² e o sétimo, se comparado ao resto do planeta. Ela é formada hoje por 36 estados, mais o território da capital Abuja. Além do Oceano Atlântico ao sul, ela faz fronteira com quatro outros países, ex-colônias francesas: Benim, Camarões, Chade e Níger (oeste, sudeste, nordeste e norte, respectivamente). Dados recentes³ apontam o país como a segunda maior potência africana, atrás da África do Sul. É o oitavo maior produtor de petróleo e tem o sexto maior depósito de gás natural do mundo. A Nigéria é ainda o país de maior população muçulmana na África subsaariana; o cristianismo aparece como a segunda maior religião no país. Tendo sido uma colônia britânica desde o século XIX, a Nigéria se tornou independente em 1960, depois de longo processo de transferência de poder dos britânicos para os nigerianos, marcado pela adoção de sucessivas Constituições, graves crises de poder e assassinatos.

Nos primeiros anos da década de 1960, a Nigéria experimentou a adoção de um parlamentarismo semelhante ao inglês. Partidos políticos ocupariam o legislativo sob a liderança de um primeiro ministro e um presidente, com poderes reduzidos. Contudo, a organização em partidos conforme acontecia na Europa não se deu por igual na Nigéria: com a Constituição de 63, o país foi dividido em quatro regiões – norte, oeste, leste e meio-oeste – e as organizações políticas da época refletiram uma divisão também étnica. Dos mais de 250 grupos étnicos que compõem a sociedade nigeriana, nosso recorte olhará para os três maiores: Igbo, Iorubá e Hauçá-Fulani⁴, e como eles rivalizaram pelo poder político.

Parafraseando Max Siollun⁵, “esses partidos de base regional garantiram duas coisas: primeiro, que nenhum deles conseguiria governar a Nigéria por si só, e segundo, que o conflito étnico era uma questão de tempo”. Até 1966, o maior expoente da região norte foi o NPC (Congresso Popular do Norte, ou *Northern People’s Congress*), grande representante dos Hauçá-Fulani; no meio-oeste do país, o Grupo de Ação (AG) fora liderado por Iorubás; e ao sudeste, finalmente, o Conselho Nacional de Cidadãos Nigerianos (NCNC) concentrava os

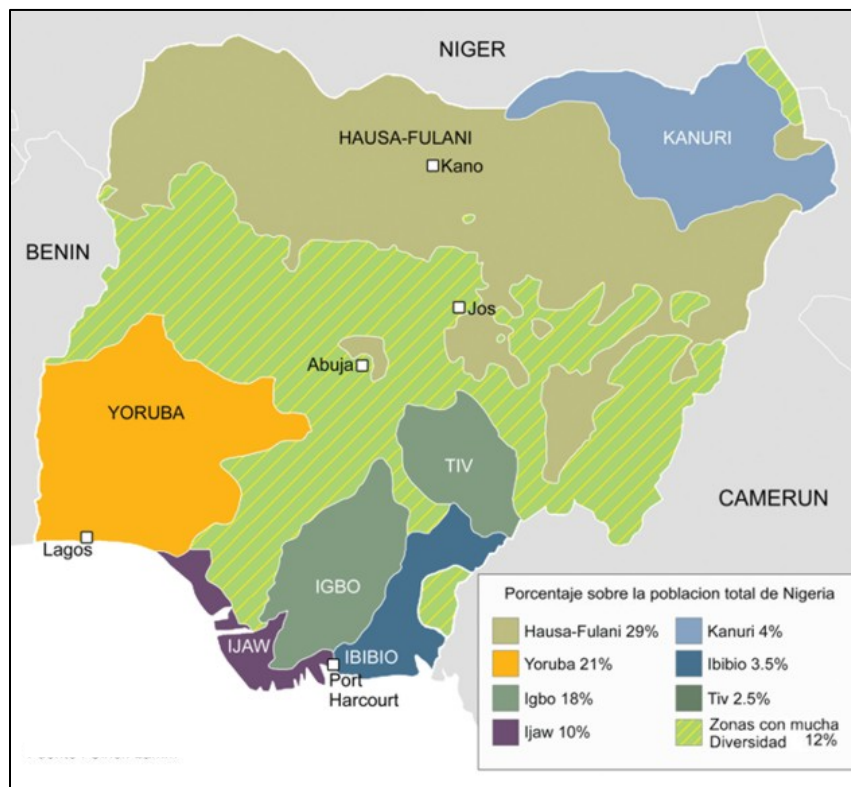
² Estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma população de mais 190 milhões de pessoas em 2018. Fonte: imf.org.

³ O PIB da Nigéria em 2018 ultrapassou a marca de U\$ 1 bilhão. A África do Sul ainda não chegou aos U\$ 800 milhões. Fonte: imf.org.

⁴ Smith (2017) traça um panorama da formação dos estados Hauçá, desde os impérios mais antigos e as invasões berberes, para destrinchar a complexidade étnica e linguística na formação dos estados ao norte da Nigéria. Por mais fascinantes que sejam as lendas, tradições e processos de migração anteriores à colonização, nesse trabalho elas não encontrarão mais do que uma breve nota de rodapé.

Igbo. No primeiro governo de fato nigeriano, o vitorioso NPC emplacou o primeiro ministro Tafewa Balewa, juntamente com um Presidente, Nnamdi Azikiwe, do segundo colocado NCNC. Portanto uma aliança do norte, cujo território era maior do que o dos outros três estados juntos, passou a comandar o país. Esse período ficou conhecido como a Primeira República e durou 6 anos. A segunda Constituição de fato nigeriana foi criada em outubro de 63, removendo a Rainha Elizabeth como rainha da Nigéria e garantindo que o novo Chefe de Estado viria através de eleição pelos membros do Legislativo. Porém a nova organização política não foi unanimemente aceita. Grupos do sul, da região do Delta do Rio Níger, e do oeste se viram ocupando menos espaço no parlamento, em sua maioria nortenho. Na prática, isso significou o comando de uma região sobre as demais, sem a possibilidade de emendas constitucionais dada a maioria no legislativo (SIOLLUN, 2009). A marginalização desses grupos sociais fez com que os mesmos recorressem a estratégias alternativas para resgatar seus direitos (KIFORDU, 2011). No caso, pela violência. A força dos partidos do norte durou até 64. E em 1966, começam uma série de golpes militares que revezaram a presidência por muitos anos. Até a democratização em 1999, foram 8 revezamentos no comando do país, muitos de forma sangrenta, e desde então, outras 3.

Mapa 1: Divisão étnica da Nigéria



Fonte: Ulrich Lamm.

A insatisfação das outras partes do país cresceu com a prisão do líder do AG e a substituição de sua liderança na região pela de um político aliado ao NPC. Nesse contexto de tensão cabe destacar a figura do chefe Okotie-Eboh, ministro de finanças do Primeiro Ministro e um dos homens mais ricos da Nigéria, na época acusado de corrupção pelo próprio líder do Grupo de Ação (SIOLLUN, 2009). Em janeiro de 1966, o primeiro golpe dissolveu os partidos, suspendeu a Constituição e colocou o general Ironsi na presidência do país – militar de origem Igbo. Os assassinatos de Okotie-Eboh, Tafewa Balewa e outros provocaram uma atmosfera de tensão ainda maior no norte do país. Tamanho era o escopo do conflito que em julho do mesmo ano, o general Ironsi foi morto em um contragolpe organizado por forças nortenhas para retomar sua liderança. O coronel Gowon (cristão nascido no norte, de etnia Angas) assumiu uma Nigéria fragmentada. Milhares de Igbo foram perseguidos⁶ e a disputa pelo poder culminou numa Guerra Civil, de 1967 a 1970.

2.1 A questão da Biafra: petróleo e o Delta do Rio Níger

Pouco antes do embate real, o Governador da Região Leste da Nigéria (de origem Igbo) retaliou o Governo Federal ao garantir que as receitas fruto da extração de petróleo continuassem dentro das fronteiras da sua região. Gowon então impôs um decreto que modificava a divisão da Nigéria, de quatro regiões para 12 estados. Isso enfraqueceu os Igbo e os relegou à um estado específico, isolando-os dos demais com os quais antes formava uma única região, e também das suas reservas de petróleo; para Kirk-Green (1975), apenas um governo militar teria sido capaz de realizar essa mudança, sinônimo de enorme reversão na história política da Nigéria. O que se seguiu foi um embargo sobre o petróleo da Biafra e um bloqueio na região para combater a secessão, privando-a de conseguir mantimentos, arsenal e recursos naturais (UCHE, 2008). O número de mortos chegou na casa dos milhões.

Nesse momento, é importante ressaltar a relevância da exploração de petróleo no país. Multinacionais europeias já conduziam seus serviços em território nigeriano desde 1956, quando esse ainda era uma colônia (OSAGHAE, 1995). Além de não cumprirem regulações ambientais, compensações e cobrança de impostos, empresas como a Shell-BP apareceram em denúncias de suborno e outros incentivos que desaceleraram o desenvolvimento da região do Delta de forma predatória (BAKRE, 2008). De acordo com Fagdabebo (2007), o

⁶ Aproximadamente 2 milhões de civis morreram graças aos cercos que impossibilitavam o acesso aos alimentos e remédios, além dos militares mortos em combate. Ver Stevenson (2014).

empobrecimento na área do Delta começou com a Primeira República e acabou por reduzir o gigante da África a um “anão em coma”.

O contexto da Guerra Civil foi marcado também pelos interesses franceses e principalmente britânicos no país, uma vez que a separação da região do Delta do resto da Nigéria seria economicamente indesejável, dado que a maioria do petróleo estava baseado no leste nigeriano (UCHE, 2008). A percepção da existência de ameaças externas, capazes de fomentar instabilidades internas e, assim, ameaçar a própria existência do país, levaram as elites nigerianas a reavaliar a elaboração e a condução da política externa da Nigéria, passando a atribuir-lhe maior importância. Em 1967 também estourou a Guerra dos Seis Dias, na região de Israel, que bloqueou o Canal de Suez, encareceu o petróleo que seguia do Oriente Médio para a Europa e conseqüentemente mitigou reservas. O que Uche (2008) sublinha foi a não-neutralidade europeia frente à uma possível separação do país, o que contribuiu para transformar o petróleo numa commodity que pouco fez para o crescimento econômico e prosperidade social da Nigéria. Pelo contrário: “(...) facilitou a mudança de ênfase de produção econômica para controle político” (UCHE, 2008) do país, que especialmente na década de 60, sentiu “(...) o efeito corrosivo de sua dependência das receitas do petróleo (...)” (OMILUSI, 2018). Como veremos com atenção no segundo capítulo, parte desse efeito foi o fortalecimento de uma poderosa elite nigeriana, dona de uma riqueza incompatível com a do resto do país. Segundo Nwankwo (1997, apud OJUKWO e SHOPEJU, 2010, p.19), empresas e governos estrangeiros atuaram com elites nigerianas para tirar esse dinheiro do país.

Mapa 2: Nigéria e a República da Biafra



Fonte: www.onlinenigeria.com

Antes da Guerra, a região do Delta, responsável pela maior fonte de riqueza do país, viu 84% do seu petróleo ser produzido pela Shell-BP (britânica), 9% pela estadunidense *Gulf Oil Nigeria* e a francesa SAFRAP com os 7% restantes (UCHE, 2008) - tão significativa é a presença do Rio Níger que surgiu dele o nome Nigéria; em inglês “*niger area*”, ou “área do Níger”. Sufocada pelo Governo Federal e demais pressões exógenas, a República da Biafra se rendeu em 1970 e reintegrou a Nigéria.

A Guerra Civil significou uma reorganização de poder no país. Como escreveram Danjibo e Ashindorbe, “as elites políticas da Nigéria têm uma concepção patológica da política como um caminho para o enriquecimento. Em um país onde o Estado controla grandes recursos e os setores produtivos permanecem, em grande parte, subdesenvolvidos, o poder estatal de patrocínio é enorme”. O petróleo foi fundamental na cristalização de uma aliança entre oligarquias do norte e militares no comando com o capitalismo internacional, o que empurrou as massas para longe do desenvolvimento econômico e enfraqueceu o Estado, refém da exploração desse petróleo e portanto de flutuações financeiras; na prática, preocupações nacionais se renderam aos interesses internacionais (KALU, 1996). A competição étnica e a sucessão entre governos civis e militares em grande medida transformaram a Nigéria em um Estado rentista (LEWIS, 2006), ou seja, dependente quase que exclusivamente do petróleo.

A partir de 70, o *boom* nos preços do petróleo fez com que a Nigéria revertesse a problemática de exportação dos dois anos anteriores e experimentasse um aumento no fluxo de reservas (OLUSI; OLAGUNJU, 2005), ainda que isso não tenha se revertido em investimento no próprio país. Esse aumento fez com que a Nigéria passasse a integrar a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 1971; hoje a quarta maior produtora do grupo. Somando os conflitos de interesses regionais com a falta de serviços básicos como infraestrutura e *accountability* do Estado, fruto também do problema que virou o petróleo, é claro que o ciclo de corrupção e instabilidade política ainda iria continuar por muitos anos. Para efeito de exemplo, mais de 500 bilhões de dólares foram usurpados por líderes da Nigéria desde sua independência (EPIA, 2006 apud FAGDABEBO, 2007, p.33). Como vimos, essa fuga de capital pode ser rastreada até a maioria nortenha na política e o seu interesse em manter uma dominação sobre as demais etnias, desde a independência. O norte do país concentrava um maior número de estados que outras regiões e conseqüentemente, mais militares e oficiais nortenhos fizeram parte dos governos militares que tanto se alternaram no poder (IKPE, 2009). Daloz (2003) afirma que em países etnicamente fragmentados como a Nigéria, a conquista econômica é muitas vezes algo secundário em

relação à capacidade de representar um grupo específico. Os demais grupos são solapados. No caso, o domínio de recursos foi sobreposto às autonomias regionais, mantendo a centralização de poder por parte dos militares (KIFORDU, 2011). Dessa forma, a carnificina durante a Guerra Civil pode ser encarada como um esforço de manutenção da autoridade via controle do petróleo. Entretanto, não menos relevante é a negação histórica das vozes e direitos de grupos sub-representados na política do país (OSAGHAE, 1998), ou em outras palavras, a manipulação étnica que se enquadra na política nigeriana. Retomaremos essa manipulação no segundo capítulo.

2.2 O país depois da Guerra Civil

Gowon permaneceu no poder até 75, quando um terceiro golpe (esse sem derramamento de sangue) colocou o General Murtala Mohammed como o novo Chefe de Estado – militar muçulmano de origem Fulani (LEWIS, 2006). Não se pode deixar de perceber que essa terceira troca manteve a hegemonia nortenha, mesmo após o massacre dos Igbo. O General Mohammed ampliou a fragmentação territorial da Nigéria, que passou a ter 19 estados, ao invés dos 12 de antes. Seis meses depois, Mohammed foi assassinado em uma tentativa de golpe fracassada. Ele foi substituído pelo seu chefe de gabinete, Olusegun Obasanjo, um Iorubá, que se manteve no governo até 1979. Obasanjo foi o primeiro a deliberadamente deixar a presidência do país, quando a passou para o segundo presidente eleito Shehu Shagari, outro Fulani, que restabeleceu o Governo civil. Até então, o país atravessara treze anos de juntas militares.

Com Shagari começou a Segunda República. O sistema presidencialista foi cimentado e o chefe do governo federal deixou de ser um militar pela primeira vez desde 1966. Partidos políticos emergiram novamente. Essa administração de Shagari se aproveitou de bilhões com a exploração do petróleo (agora não mais atrelado à República da Biafra) e continuou mantendo os desenvolvimentos de utilidade pública ausentes do país (BAKRE, 2008). Durante a primeira metade dos anos 80, a Nigéria sofreu com uma queda nos preços do petróleo: de 1980 a 1982, a receita de exportação caiu de 27 bilhões para menos de 13 bilhões (LEWIS, 2008). Esse declínio não foi acompanhado por corte de gastos do governo, que a essa altura já acumulava dívidas externas gigantescas (KALU, 1996). A Nigéria teve de recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional), que impôs condições inatingíveis por parte do governo, como a desvalorização do Naira, liberalização do comércio e remoção de subsídios no petróleo (LEWIS, 1996).

Logo em 83, um quarto golpe remove Shagari e instaura mais um governo militar sob a liderança do general Buhari, também um Fulani. Buhari pôs um fim a Segunda República e iniciou o quinto governo militar da Nigéria. Em relação aos governos passados, a distinção, como Lewis (2008) destaca, foi que Buhari impôs uma dominação mais repressiva e autoritária do que seus antecessores, em termos de desenvolvimento social e econômico. Ele apertou o controle estatal sobre gastos administrativos, e ainda tentou contornar o Fundo Monetário Internacional através de relações comerciais com a Europa e o Brasil (LEWIS, 1996). De tal forma ele falhou em lidar com a derrocada na economia que se manteve no poder apenas até 1985, quando o general Babangida orquestrou mais um golpe e tomou o comando. Dessa vez a “troca” se deu de um Fulani para um Gwari ou Gbagyi, grupo da região centro-norte da Nigéria.

Babangida criou mais estados, aumentado de 19 para 30, em 1991. O general cedeu às demandas do FMI e promoveu reformas para recuperar a Nigéria economicamente. Seu Programa de Ajuste Estrutural (PAE) reduziu tarifas, desvalorizou a moeda e permitiu negociações com credores externos, ao mesmo tempo em que reduziu salários e aumentou a inflação e níveis de desemprego (LEWIS, 1996). O PAE aguentou só até 1988. Babangida foi responsável por criar a Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC), em 1992, sob a promessa de retornar o país ao governo civil com um dos dois partidos que ele fundou mais tarde, depois de extinguir aqueles que haviam sido fundados durante a Segunda República. As elites tiveram de se acomodar em dois grandes partidos financiados pelo governo, a Convenção Nacional Republicana e o Partido Social Democrata (DANJIBO e ASHINDORBE, 2018). Eleições foram organizadas em junho de 1993, como prometido.

Seria o início da Terceira República. O grande vencedor foi o muçulmano e Iorubá Moshood Abiola (ou M.K.O Abiola), eleito de forma democrática com 59% dos votos (LEWIS, 2006). Note que seria o segundo Iorubá chefe de estado da história do país, depois de Obasanjo. Porém Babangida não aceitou o resultado. Invalidou o processo e cancelou a eleição por julgá-la irregular e ilegal, mantendo-se no poder. É evidente que essa anulação aumentou o conflito étnico e provocou insatisfação geral por toda a Nigéria, especialmente na região sul do país, onde Abiola tinha maior prestígio⁷. A economia do país ficou paralisada com a desconfiança popular e greves se espalharam por todo o território (LEWIS, 1996). A inimizade entre os Iorubá e o poder central se acentuou. Diante da situação, a União Europeia

⁷ Em junho de 2018, foi declarada uma mudança no calendário nigeriano: a partir de 2019, o Dia da Democracia passará do dia 24 de maio para o 12 de junho, dia da morte de Abiola.

e os Estados Unidos reprovaram o cancelamento da eleição e suspenderam assistência militar à Nigéria. A pressão tanto interna quanto externa sobre Babangida o fez sair do comando em agosto, quando um governo interino assumiu a posição por somente três meses.

O sexto e último dos golpes militares fez do general Sani Abacha o décimo chefe de estado da Nigéria em 1993. Abacha, um Kanuri⁸ muçulmano do norte do país, promoveu um governo ainda mais autoritário que os anteriores, que usou o terror como arma política (FAGDABEBO, 02007). Provas disso são a prisão de Abiola, o assassinato da sua esposa Kudirat Abiola e a execução de oponentes políticos e ativistas da região do Delta do Níger⁹. Esse regime marcou 20 anos de governos muçulmanos. Portanto além da polarização étnica, uma religiosa entre muçulmanos do norte e cristãos do sul se agravou ainda mais durante a década de 90. Além disso, mais seis estados foram delimitados, totalizando 36: desses, 19 (ou 53%) ficavam na região norte, e o restante dividido entre as regiões do sul (KIFORDU, 2011). Essa demarcação impactou a cooperação entre Abacha, as elites do norte e as companhias estrangeiras de petróleo, que retiraram do tesouro público mais de 34 bilhões de dólares (BAKRE, 2008). Isso em apenas quatro anos.

A ditadura de Abacha sequer tentou mascarar a violência sem precedentes que empregou. Ele manipulou processos para se manter no poder, violou direitos humanos e reprimiu fortemente as regiões periféricas da Nigéria que demandavam recursos advindos do petróleo (LEWIS, 2006). A corrupção no país, conforme Fagdabebo (2007), ganhou legitimidade durante os governos de Babangida e Abacha, onde lucros exorbitantes¹⁰ mais do que nunca marcaram a ausência de qualquer desenvolvimento interno. Cinco partidos foram registrados durante os anos de Abacha, e de tão pouco serviram que na época foram descritos por Bola Ige, parte da oposição, como “cinco dedos de uma mão leprosa” (apud DANJIBO e ASHINDORBE, 2018). Eles foram dissolvidos após a morte de Abacha, em 1998. Reportado como um ataque cardíaco, o inesperado fim do general abriu a porta para o retorno do governo civil. O conselho militar cuidou da transição e eleições foram realizadas em 1999. O presidente que inaugurou a Quarta República foi Olusegun Obasanjo, o mesmo que comandara o país de 1975 a 1979 e entregou a presidência para Shagari e a Segunda República. Um Iorubá foi novamente eleito presidente do país, e de fato assumiu o poder.

⁸ De acordo com Mapa 1, os Kanuri não correspondem a 5% da população total do país.

⁹ Osaghae (1995) estuda o caso dos Ogoni, um povo nativo da região sul da Nigéria que se revoltou no começo dos anos 90 contra os gigantes exploradores de petróleo na região e as injustiças provocadas pelo governo da época. O Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) é um marco na luta das minorias marginalizadas da Nigéria.

¹⁰ Ver Ojukwu e Shopeju para um quadro preciso sobre o dinheiro desviado durante o regime Abacha, de 1993 a 1998. Os valores passam da casa dos 50 milhões de dólares.

As eleições de 1999 formalmente decretaram o fim dos regimes militares. Entretanto, como focalizado por Cybil Obi (2011), esse processo de abertura democrática esteve coberto de conflitos. As elites que haviam se consolidado durante o período das juntas viram essa devolução ao governo civil como uma ameaça, e se dispuseram a subverter resultados de forma a garantir suas posições na sociedade. Como coloca Kifordu (2011), interesses de elites etnicamente hierarquizadas corresponderam à distribuição desigual de recursos apesar das mudanças estruturais. O acesso às receitas de petróleo por parte dos militares nos anos anteriores fez com que a disputa pelo poder central fosse na verdade um jogo por recursos, que personalizou o poder e militarizou o governo civil (OBI, 2011). A segunda ascensão de Obasanjo refletiu a incorporação de ricos militares aposentados à elite dominante. Não à toa, Babangida (1985-1993) participou do financiamento da campanha de Obasanjo, que por sua vez derrotou Muhammadu Buhari, o mesmo do golpe de 1983.

O fato é que Obasanjo assumiu como a presidência em 1999. O legado dos regimes anteriores foi uma dívida externa monumental¹¹, a deterioração da segurança interna e problemas estruturais de governança (LEWIS, 2006). Ojukwu e Shopeju (2010) mostram como a administração de Obasanjo foi organizada para orbitar elites que promoveram a corrupção em vários níveis do governo; até mesmo agências de combate a corrupção, como a EFCC (Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros), serviram de fachada para desvio de capital e influência eleitoral dos grupos enfraquecidos em nível político e econômico. Domestically, a falta de uma agenda clara e o descompromisso com orçamentos fez com que pouca coisa mudasse depois das eleições (LEWIS, 2006). Cabe acrescentar que enquanto presidente, Obasanjo atuou também como Ministro do Petróleo, assumindo a responsabilidade de administrar recursos advindos da extração. Na realidade, Obasanjo “(...) não se considerava limitado pelo orçamento. Ele era o orçamento. (...) Quanto entrou nos cofres do governo pelas vendas de petróleo, ninguém sabia a não ser ele mesmo” (TUKUR, 2008 apud OJUKWU e SHOPEJU, 2010, p.22). Ele resistiu duas tentativas de *impeachment* e foi reeleito em 2003. Obasanjo foi o primeiro presidente nigeriano a cumprir dois mandatos consecutivos.

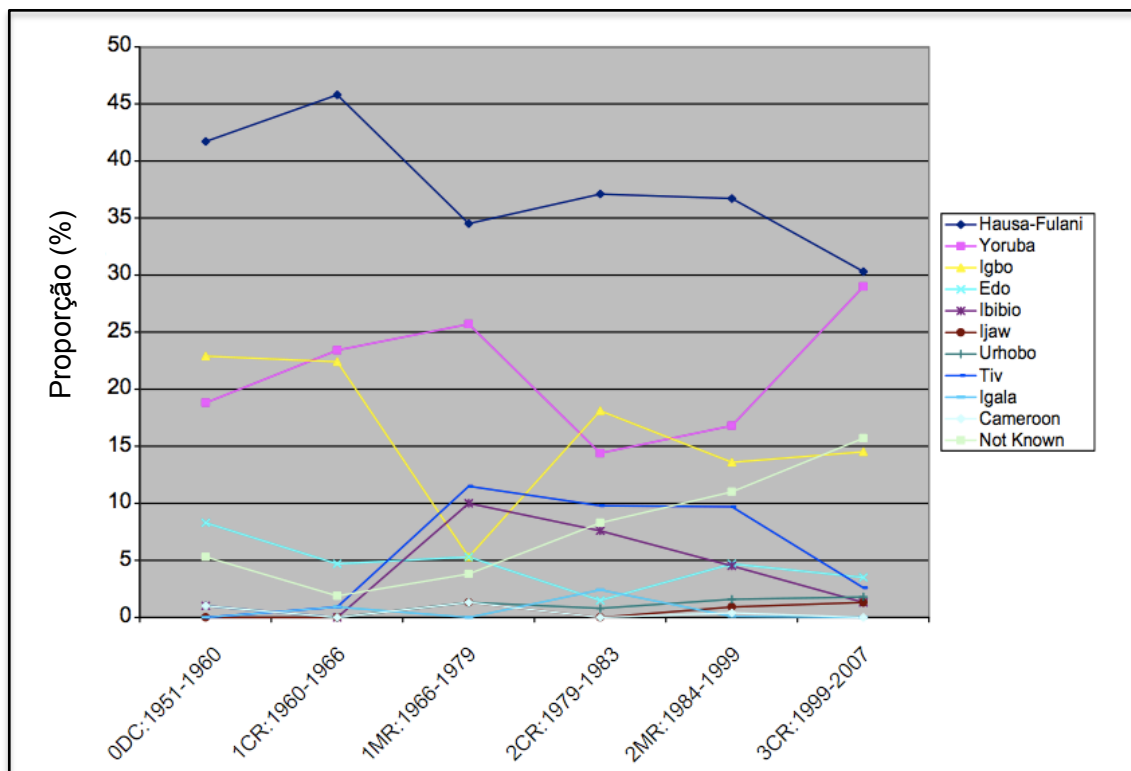
Em 2007, o Fulani Umaru Yar'Adua, irmão do Chefe de Gabinete do governo militar de Obasanjo, foi eleito presidente e derrotou Buhari mais uma vez. Obasanjo influenciou as demais candidaturas e manipulou instituições como a EFCC e o INEC para garantir que outro muçulmano continuasse no poder. Diante dessa troca, Obi (2011) ressalta como a poderosa classe política manteve seu monopólio e debilitou mais uma vez um projeto democrático que

¹¹ A dívida externa da Nigéria em 1999 passava dos US\$ 18 bilhões de dólares. Ver Ojukwu e Shopeju (2010).

pudesse equalizar a fragmentada base social. Desde a nova Constituição de 1999, a mudança nas regras do jogo não foi acompanhada de uma transformação verdadeira, visto que a elite política continuou relevando as pressões sociais e a sub-representação de grupos minoritários das demais regiões (KIFORDU, 2011). Yar’Adua sustentou o predomínio nortenho até 2010, quando faleceu. Seu vice Goodluck Jonathan assumiu o final do mandato. Ele concorreu à presidência no ano seguinte e foi vitorioso.. Pela primeira vez um Ijaw¹² tornou-se presidente.

Goodluck Jonathan não se reelegeu em 2015. O vencedor foi o atual presidente, Muhammadu Buhari. A mais recente troca na presidência retornou o predomínio político aos Hauçá-Fulani. Dos 14 Chefes de Estado nigerianos até a conclusão deste trabalho, 9 foram nativos da região norte, mais de 60% em quase 60 anos de independência. Nas palavras de Kifordu (2011), “isso demonstra ainda mais a posição central e a persistência étnico-regional do norte, tanto como reis quanto como criadores de reis, sob laços personalizados entre as influentes elites nigerianas.” Gráfico 1 mostra esse predomínio até 2007, desde a descolonização (ODC), passando pelos dois regimes militares (MR) e os três civis (CR).

Gráfico 1: Participação (%) por Origem Étnica e Mudança de Regime



Fonte: Kifordu (2011), modificado pelo autor.

¹² Mapa 1 revela que os Ijaw, grupo minoritário da região do Delta do Rio Níger, correspondem por volta de 10% da população da Nigéria,

3. As elites nigerianas em três dimensões

A formação de governo na Nigéria desde sua independência esteve profundamente conectada aos diferentes interesses étnico-regionais na geopolítica do país. Nesse sentido, um desafio que os governos enfrentaram desde a independência foi, para Omilusi (2016), alcançar unidade nacional pelas similaridades étnicas, pelo reconhecimento e respeito às diferenças característicos de uma democracia.

Em concordância com Umar (2013), três culturas políticas têm se relacionado historicamente na Nigéria: a tradicional dos Hauçá, o islamismo e a democracia. O relacionamento entre elas é um que permitiu grande liberdade de ação pelas lideranças, que assim puderam desgastar sistemas institucionalizados de freios e contrapesos (ibid.). Considerando as trocas no poder destacadas no capítulo anterior, incluindo as que não envolveram o voto, vamos analisar os revezamentos a partir de três categorias de elites: uma regional, associada ao território norte do país; uma de caráter étnico-tribal, ancorada nos conflitos entre Igbo, Iorubá e Hauçá-Fulani; e por fim uma elite tradicional-religiosa, parte integral de uma proporção bastante próxima entre muçulmano e cristãos¹³. É sabido que as três categorias não se encontram isoladas umas das outras, nem os conflitos que as atravessam, mas para o nosso objetivo, identifica-las separadamente permitirá enxergar como cada uma delas esteve relacionada aos revezamentos no poder executivo.

Os enquadramentos políticos pouco ou nada fizeram para lidar com a desigualdade advinda da manutenção de poderosos indivíduos de mesmos valores e contexto social em posições de liderança, que evidentemente recrutavam seus semelhantes para integrar a classe política (KIFORDU, 2011). Como Buhari, que disputou três eleições seguidas, esses indivíduos se colocam constantemente “(...) em busca da reeleição e, quando isso não é possível, transferem o poder para seus companheiros que se aventuram a fazer ainda pior” (DANJIBO e ASHINDORBE, 2018). A luta por emancipação socioeconômica da maioria dos nigerianos (i.e. grupos étnicos politicamente isolados) foi vítima de uma disputa pelo poder para fins pessoais; mais precisamente, o povo foi “reduzido à espectadores, ou pior, vítimas de um complexo construto político que favorece frações hegemônicas da elite, e tira

¹³ Dados recentes sugerem uma leve maioria cristã: 49.3% contra 48.8%. O restante se divide entre religiões tradicionais e outras. Ver: <http://globalreligiousfutures.org>

o poder da maioria” (OBI, 2011). Essa ideia é identificada na constante fragmentação territorial, desde antes da independência, e os novos estados que foram delimitados¹⁴.

Na verdade, o exercício de manutenção de poder político por nortenhos e seus camaradas atravessa toda a história da Nigéria. No começo do século XX, o Reino Unido aglomerou todos esses grupos étnicos dentro de uma “unidade”, em territórios delimitados que foram constantemente remodelados conforme esses e outros grupos se digladiavam pelo poder. É fundamental entender que essa maioria no norte, e conseqüentemente as minorias do resto do país, só passou a existir depois da criação das três regiões (OSAGHAE, 1998). Antes que duas regiões possam disputar qualquer coisa, é preciso que existam tais regiões. A administração colonial, imposta em 1903 depois de conquistar os emirados do norte, não fora capaz de comandar com facilidade as aristocracias tradicionais, e acabou por incorporá-las à burocracia britânica, começando pela reorganização territorial (UMAR, 2013). Anterior à colonização, o norte já era dominado por emires e grupos islâmicos que participaram de rotas comerciais subsaarianas (OSAGHAE, 1998). No período colonial, líderes tradicionais e comerciantes mantiveram um relacionamento econômico com as autoridades britânicas. Chefes tribais e reis¹⁵ foram cooptados ou economicamente coagidos à fazer parte de tratados que apoiariam os colonizadores. Nesse contexto emergiu uma elite ilustrada. Instituições missionárias no continente africano e iniciativas de educação, por parte de nigerianos em universidades fora do país, fortaleceram uma elite educada capaz de reagir ao domínio colonial (KIFORDU, 2011). Essa elite herdou o controle dos britânicos e encaminhou a futura formação de um estado independente, certa de que teria autoridade graças à educação formal no exterior (ibid.: 44). Quando a constituição de 1946 repartiu o país nas regiões norte, leste e oeste¹⁶, foi organizado um movimento em oposição ao governo colonial – liderado por Nnamdi Azikiwe “(...) que tinha acabado de voltar de estudos nos exterior” (Ibid.). Essa tripartição foi formalizada em 1953 com uma nova constituição, inaugurando então as bases de um federalismo nigeriano.

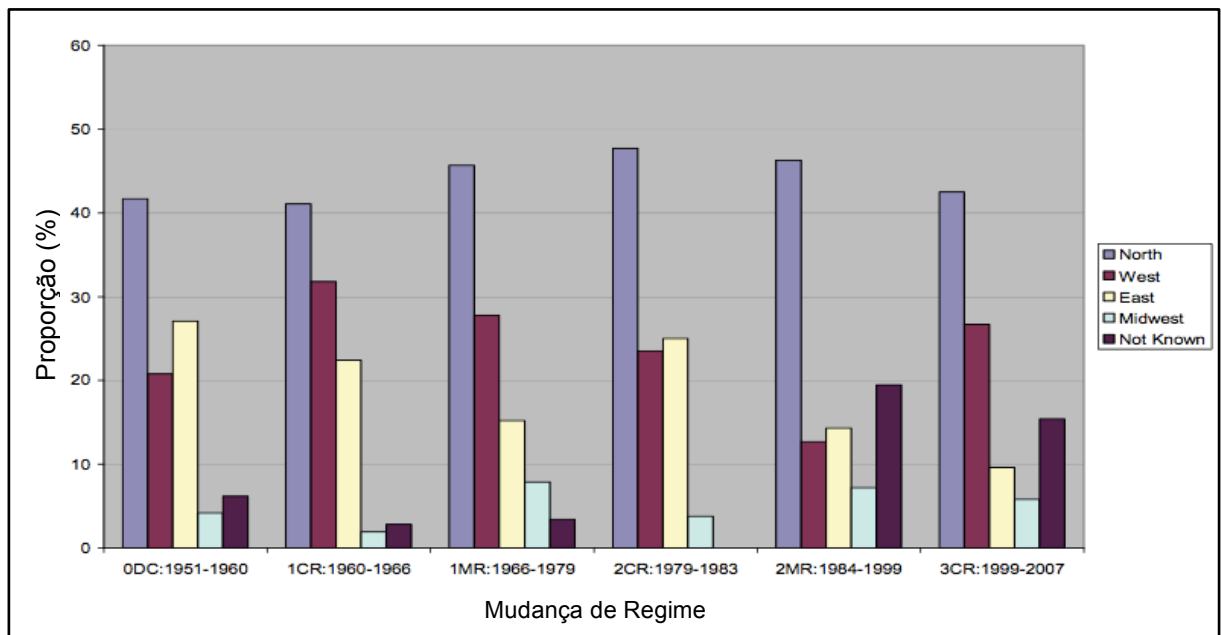
¹⁴ Osaghae (1998) aponta para uma ambigüidade na criação de mais e mais estados: foi positivo para as minorias ao enfraquecer o domínio das maiorias nas regiões e permitir a elas acesso direto à federação, mas também negativo ao instigar a formação de novas minorias e multiplicar demandas e conflitos entre elas. O fato é que a criação de estados não foi suficiente para lidar com a questão de minorias em nenhuma das três dimensões.

¹⁵ Um desses reis foi Usman Dan Fodio, que fundou o Califado de Sokoto no começo do século 19, um império de mais de 10 milhões de pessoas na região norte da Nigéria. Os britânicos transformaram a região em um protetorado em 1903.

¹⁶ A Constituição de Richardson, formulada pelo general inglês Arthur Richardson em 1946, estabeleceu o princípio federal ao instaurar autoridades deliberativas em cada uma das três regiões.

As lideranças dos três maiores grupos étnicos capitalizaram em cima dessa divisão territorial e diluíram a possibilidade de grupos minoritários tomarem posições de poder (Ibid.). Afinal, o presidente nigeriano da então nova república foi Azikiwe, como já vimos, ao lado de um Primeiro Ministro também de origem nortenha. Ainda que mais da metade da população habitasse a parte de cima do país, nenhum dos três partidos da época (NPC, NCNC e AG; página 8) teve maioria nas eleições, todos se apoiaram nos grupos étnicos de suas respectivas regiões na tentativa de alcançar o poder (OMILUSI, 2016). Essa trindade mostra como o elo entre etnicidade, elites e partidos políticos ficou ainda mais evidente durante o primeiro governo (KIFORDU, 2011).

Gráfico 2: Participação (%) por Origem Regional e Mudança de Regime



Fonte: Kifordu (2011), modificado pelo autor.

Mas a clivagem da região norte é também de caráter étnico. Não há, porém, ameaças intrínsecas à diferenças étnicas (AKE, 1993). O problema – do ponto de vista de uma democracia, como a que a Nigéria tanto lutou para consolidar - é a dinâmica política que utiliza a etnicidade como ferramenta (OMILUSI, 2016). Os Hauçá-Fulani são o grupo majoritário da região (Mapa 1), e a incorporação de membros de mesma etnia no centro do poder caracteriza uma manipulação tribal, antidemocrática ao marginalizar grupos específicos (ibid.). Essa manipulação cria uma dupla lealdade, uma vez que um cidadão vê benefícios garantidos apenas no cenário onde um dos seus chega no topo da montanha

(ibid.). O governo torna-se um fim, ao invés de um meio¹⁷. No esforço de continuidade de poder, o tribalismo serviu de instrumento usado pelas elites políticas para essas perpetuarem-se no poder (ibid.). A formação de partidos étnicos como os da Primeira República espelha a ênfase da teoria elitista de Mills (1956) e Michels (1962), de que a organização hierarquizada das instituições faz com que o governo das elites seja inevitável. Mesmo nos processos de competição por voto, o elemento étnico pesa mais, a ponto de criar medo nos grupos dominados (ibid.). O acesso de representantes da região norte aos recursos políticos resultou na dominação por parte de um dos mais de 200 grupos, visto que, como coloca David Lamb (1984, apud OMILUSI, 2016, p.158), “dar um emprego a um companheiro de etnia não é nepotismo, é uma obrigação. (...) Garante segurança, continuidade e autoridade.”

Há então uma seletividade nessa montagem política, sem espaços para a inclusão de demandas diferentes das que aparecem regularmente (KIFORDU, 2011). O golpe de 1966 é um indicativo desse fenômeno: a desigualdade política e a inexistência de outros mecanismos fez com que, pela violência, um general Igbo se tornasse Chefe de Estado. Contudo, pela lógica de elitistas como Pareto (1935) e Mosca (1935), essa concentração de poder torna qualquer mudança estrutural impossível; no mesmo ano o general foi assassinado, e pouco depois a Guerra Civil massacrou a população Igbo (Gráfico 1). Quem sucedeu foi um Coronel nortenho, de um grupo étnico minoritário que jamais viu outro dos seus na principal cadeira do executivo. E depois desse, um terceiro golpe pôs outro nortenho no seu lugar, porém muçulmano. Veja que o terceiro golpe manteve nativos da região norte no comando do país, o que diferiu um militar do outro foi a religião. Saiu um cristão, entrou um muçulmano. Como escreveu Osaghae (1998), a etnicidade raramente existe de forma pura, mas sim combinada com outros conflitos, como o regional e o religioso. No caso da Nigéria, as elites dirigentes “(...) remexem nas cinzas das diferenças étnico-religiosas e, assim, mantêm o país perpetuamente instável e dividido” (DANJIBO e ASHINDORBE, 2018).

O NPC, nos anos 60, abraçou valores do islamismo que contrariam outros de uma democracia, como a preferência por uma hierarquia aristocrática, relações políticas personalizadas (cliente-patrão) e a supressão implacável à oposição que, por não ter apoio de Deus, é inútil (UMAR, 2013). Ainda que um projeto democrático deva permitir participação

¹⁷ Um dito entre políticos do país pode ser traduzido como: “consiga o poder por todos os meios, o resto será resolvido.” Ver Osaghae (1998).

política de uma das maiores religiões do país, a oposição também deve ter legitimidade garantida (ibid.). Treze anos depois de regime militar, os novos partidos ainda usavam um pano de fundo étnico para seus propósitos eleitorais (KIFORDU, 2011).

Os anos que antecederam a Segunda República viram a “politização da religião em nível federal” (OSAGHAE, 1998). Antes da transição, debates sobre a nova constituição procuraram integrar a *xaria*¹⁸ à estrutura jurídica da Nigéria. Os cristãos do país e as minorias não muçulmanas do norte viram nisso uma forma de fortalecer os Hauçá-Fulani contra o sul, economicamente mais forte por conta do petróleo (LAITIN, 1982). Grupos fundamentalistas exigiam que a Nigéria se declarasse uma nação muçulmana, e o efeito dessa amplificação religiosa tencionou o conflito com cristãos, em especial os minoritários da região norte (OSAGHAE, 1998). Da mesma forma que o islamismo foi utilizado pelas elites Hauçá-Fulani, o cristianismo também serviu de mobilização contrária. Entre 1980 e 1985, várias rebeliões associadas à militantes muçulmanos estouraram nos estados do norte, que resultaram na queima de igrejas e mais de oito mil mortos¹⁹. Esses conflitos marcam uma interseção do atrito religioso com o regional, devido à desigualdade econômica entre estados do norte e do sul da Nigéria (ISICHEI, 1987). Nos anos 80, o país sofria com dívidas externas imensas e problemas econômicos internos associados à exploração do petróleo.

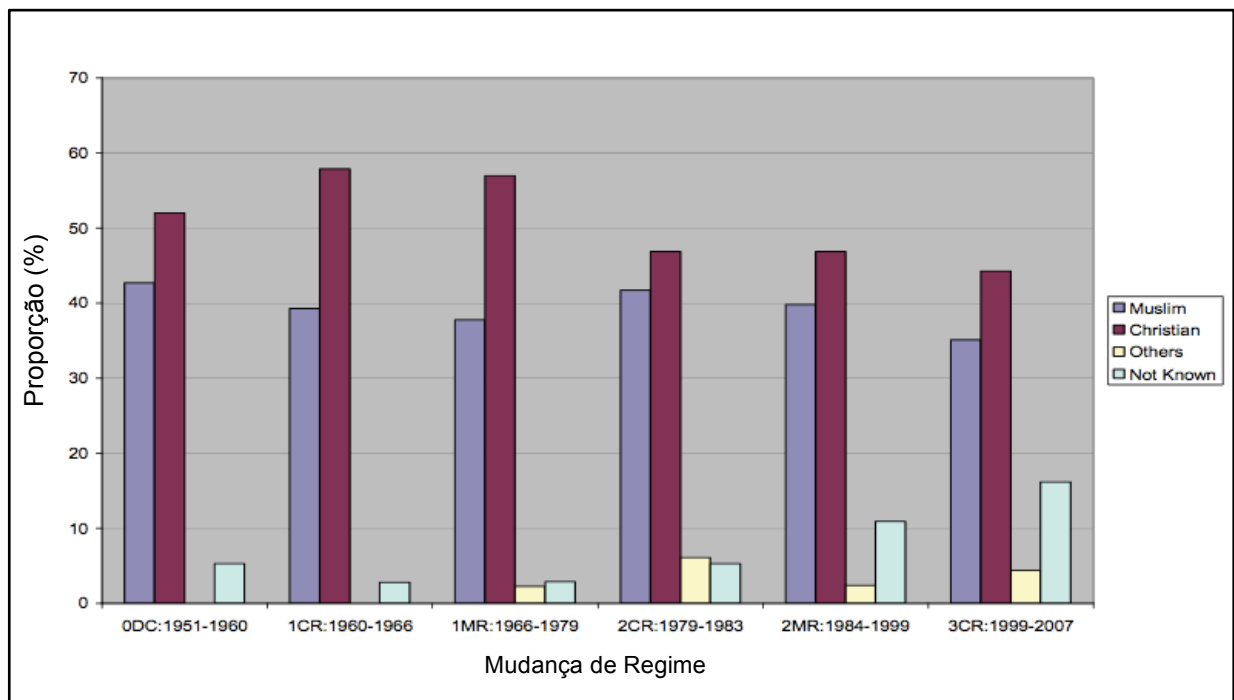
Os três líderes militares que sucederam a Segunda República foram de origem nortenha. Entretanto, a abortada Terceira República mostrou um deslocamento da votação por marcas étnico-regionais, pois o vencedor foi um muçulmano do sul que ganhou também em estados do norte (LERGO, 2011). Ainda que o resultado tenha sido anulado e o presidente eleito preso, ele representa uma exceção no histórico dos revezamentos das elites no poder. Com Abacha, o último golpe militar antes da democratização reestabeleceu as separações dentro da sociedade nigeriana. Desde 1999, a Nigéria vive um sistema pluripartidário, com mais de trinta partidos. Todavia, um deles, o PDP (Partido Democrático do Povo) ainda se mostra mais dominante que os demais – tão concreta é essa predominância que nenhum partido de oposição jamais venceu uma eleição (KIFORDU,

¹⁸ *Xaria*, ou *xariá*, é o direito islâmico. Pela tradição religiosa, cortes que não sejam pautadas na *xaria* são inadequadas ao contexto islâmico, ou seja, institucionaliza-la é uma forma de restringir a política. Laitin (1982) estuda os debates nigerianos a respeito da *xaria* anteriores à Segunda República e como o assunto foi neutralizado: para ele, os Iorubá tiveram papel decisivo na questão, uma vez que “nunca usaram a religião como alavanca política para barganha étnica”.

¹⁹ A mais famosa dessas revoltas foi a de Matatsine, batizada com o nome de um professor religioso que dizia ser um profeta. Ele foi morto em 1980 em decorrência de embates com a polícia e o exército, no estado de Kano, norte da Nigéria. Ver Isichei (1987).

2011). O país teve quatro presidentes desde o final do século XX: três deles filiados ao PDP; depois de perder três eleições com dois partidos diferentes, Buhari ganhou as de 2015 com o APC (Congresso de Todos os Progressistas). Desses quatro, dois foram sulistas, um nortenho e um da região oeste. Desses quatro, três são muçulmanos. Entretanto, a religião aparece associada às outras dimensões, e não sozinha.

Gráfico 3: Participação (%) por Afiliação Religiosa e Mudança de Regime



Fonte: Kifordu (2011), modificado pelo autor.

Foi Kifordu (2011, p. 41) quem melhor sintetizou a conexão entre as dimensões do elitismo na Nigéria: “coesão religiosa e solidez étnico-regional então contribuem para reforçar a liderança política do norte e seu interesse na rede nacional que apoia a continuidade nos escritórios políticos”. Como o tripé de uma câmera, os revezamentos no poder nigeriano têm sido quase que integralmente sustentados pelo contato desses três elementos. Para Aiyede (2013), é mais seguro focar nas consequências das escolhas dos líderes depois da independência do que procurar raízes dos desafios da Nigéria atual nas experiências coloniais. E como traçamos até o momento, essas escolhas têm se preocupado mais com benefícios particulares do que com o desenvolvimento dos cidadãos fora da disputa política, seja em escala econômica, política ou até de direitos humanos. O foco no combate à forças opositoras dos militares no poder promoveu uma instabilidade (golpes e contragolpes) que desacelerou esse desenvolvimento (FAGDABEBO, 2007).

3.1 As disputas políticas: 1960 a 2015

O primeiro golpe militar na Nigéria substituiu a elite Fulani do norte no poder central por um representante dos Igbo, nascido no sul do país. Parte do fim da Primeira República teve origem na repressão aos partidos de oposição e os grupos étnicos que esses representavam; como consta em Dudley (1982, apud KIFORDU, 2011, p.75), o NPC havia adotado o slogan “Um Norte, Um Povo”. Dois meses antes de seu assassinato, o General Ironsi criou um modelo unitário de Estado para administrar as então quatro regiões. As elites do norte, de acordo com Muhammadu e Haruna (1979, apud KIFORDU, 2011, P.78) perceberam o decreto como uma conspiração sulista para dominar a estrutura de poder e a distribuição de recursos. A resposta foi promovida pelos Hauçá-Fulani em 1966 através de um contragolpe, ou seja, houve disputa étnico-regional.

O segundo golpe militar instalou um Coronel que apesar de não ser um Hauçá-Fulani, vinha de origem nortenha e portanto tinha o apreço dos poderosos da região (KIFORDU, 2011). Como no primeiro revezamento de poder, a questão étnico-regional se apresentou de forma contundente, com uma retomada da presidência passados apenas 194 dias. O oeste da Nigéria, depois do assassinato do General Igbo, viu negociações entre o governador da região com o Chefe de Estado falharem, e no ano seguinte, a Guerra Civil explodir. Com ela, a economia do país entrou em crise, e no centro do contexto estava o petróleo (SIOLLUN, 2009). Casos de corrupção relacionados à essa commodity e a promessa não cumprida de retornar a Nigéria ao governo civil fizeram com que o Coronel Gowon perdesse apoio dos próprios militares e de grupos da região norte. Eventualmente, ele perdeu a legitimidade das elites que haviam o alçado ao governo. Esses mesmos grupos foram a maioria responsável por tirá-lo do comando e no seu lugar, colocar outro nortenho.

O terceiro golpe militar iniciou o regime de um muçulmano Fulani, nativo da região norte como seu antecessor. Afim de retomar o governo civil, como prometido nos anos anteriores, um comitê foi estabelecido para desenhar uma constituição que pudesse promover uma moldura pacífica para a política da Nigéria (KIFORDU, 2011). Antes que o General Mohammed cimentar esse retorno, ele foi assassinado. Seu governo durou quase sete meses. Quem assumiu a cadeira foi um subordinado do General. Embora essa troca não tenha acontecido através de um golpe como as anteriores, coube a um novo líder realizar a transição de volta para o governo civil.

A quarta troca política acabou por levar um muçulmano Iorubá ao comando do país. Foi Obasanjo, um sulista, quem introduziu a constituição da Segunda República da Nigéria,

em 1979, juntamente com um sistema presidencialista a ser montado pelo voto. Através do princípio de “Caráter Federal”, o documento estabeleceu uma maior inclusão política de grupos étnicos marginalizados, com a iniciativa de uma ação afirmativa, para que “partidos políticos não tivessem a permissão de usar emblemas (...) com sinais étnicos ou tribais ou operar de forma a restringir atividades para uma região geográfica em particular” (KIFORDU, 2011). Esse esforço mostra uma tentativa de lidar com os contornos étnico-regionais dos partidos políticos e obstáculos sociais impostos pelas elites do país, para redistribuir cargos políticos, em particular no poder executivo (ibid.). Para os formuladores da Constituição, ela deveria refletir a diversidade étnica, linguística, religiosa e geográfica da Nigéria; apesar disso, a proposta não teve visão para ir além de um mecanismo simbólico (ADAMOLEKUN; EREBO; OSHIONEBO, 1991). Diversas irregularidades rondaram as eleições de 1979, como listas de eleitores incompletas e o desaparecimento de oficiais de votação. No fim das contas, quem inaugurou a Segunda República foi Shehu Shagari.

O quinto revezamento fez de um muçulmano Fulani do norte, presidente da Nigéria. Sob a ótica das três dimensões das elites, Shagari se encaixa no mais poderoso dos moldes, da mesma forma que o General Mohammed. É possível identificar ainda uma continuidade religiosa em relação à Obasanjo. Foi justamente no período durante o desenvolvimento da constituição de 1979 que parte dos muçulmanos tentaram instaurar a xaria em nível nacional. O partido vitorioso foi o NPN (Partido Nacional da Nigéria), que se viu obrigado a formar uma coligação com o NPP (Partido do Povo da Nigéria), partido do primeiro presidente do país, Nnamdi Azikiwe. A aliança em pouco se desintegrou porque, como descreve Kifordu (2011), fora baseada mais pela conveniência de grupos do que por interesse nacional. Colocado de outra maneira, o conflito entre lideranças étnicas fez com que a Segunda República entrasse em colapso. O elemento corrupção não esteve menos presente durante o período: Ojukwu e Shopeju (2010) sublinham como em quatro anos, mais de 40 bilhões de naira estiveram nas mãos do presidente. Novas eleições foram realizadas em 1983 e o presidente foi reeleito com uma maioria ainda maior do que a de 1979.²⁰ No último dia do ano, em 31 de dezembro de 1983, um golpe retirou Shagari da presidência e reiniciou o período militar no país.

²⁰ O NPN conseguiu uma vitória com quase 50% dos votos, deixando os outros partidos com porcentagens ainda menores que a eleição anterior. Contudo, Wright (1984) destaca que a Comissão Eleitoral Federal (Fedeco) sofreu pressão do partido de Shagari, e a lista de nigerianos votantes registrou um aumento de 34% em relação ao eleitorado das eleições de 1979.

O sexto revezamento (e quarto golpe militar, que não envolveu derramamento de sangue) colocou o General Buhari no poder. A tríade étnico-religiosa do norte, na qual se enquadrava o presidente da Segunda República, se manteve com a tomada do executivo. Durante o curto período de seu governo militar (1984-1985), Buhari procurou renovar economia – afundada em dívidas externas depois da crise nos preços do petróleo – e transformar os valores dos nigerianos (ODUBAJO, 2017). Com essa finalidade (resíduos), a repressão social retornou com Buhari. O decreto nº 4 de 1984, por exemplo, fez com que membros da imprensa nigeriana fossem presos pela publicação de informações que pudessem comprometer o governo (IBHAWOH, 1999). Políticos da Segunda República também foram presos, acusados de desvio de recursos públicos. A insatisfação com o General ferveu até que seu próprio Chefe do Exército tomasse o governo.

A sétima troca no comando do país (quinto golpe militar, também pacífico) iniciou o governo do General Babangida. Muçulmano como seu antecessor, Babangida fazia parte dos Gwari, grupo minoritário da região norte. A promessa de retorno ao governo civil persistiu com a alteração no governo. Foi, contudo, postergada conforme Babangida baniu políticos e formava e dissolvia associações (OMILUSI, 2016). Questões de liberdade de imprensa e direitos humanos também continuaram como no governo anterior²¹, além do aprisionamento ou execução de opositores sem julgamento. Ele próprio havia fundado os dois únicos partidos que puderam concorrer às eleições, realizadas oito anos depois de iniciado seu regime. Enfim, em 12 de junho de 1993, os nigerianos foram às urnas. Após a eleição de Abiola, as eleições foram canceladas por ordem do General e o próprio instaurou um amigo e magnata para o governo interino, enquanto resignava (KIFORDU, 2011). A administração de Ernest Shonekan durou apenas três meses e por sua ilegalidade²², não conta como um revezamento nos mesmo parâmetros que os demais. Porém é importante destacar que ela aconteceu, em parte por causa da crescente insatisfação popular com as eleições canceladas e também pela fraqueza do “presidente” Shonekan, que possibilitou a ressurgência de forças militares para acabar com as instituições mais uma vez.

O sexto golpe militar (e oitavo revezamento político) promovido pelo General Abacha, alternou mais uma vez o comando da Nigéria. Abacha era um nortenho muçulmano

²¹ Ojukwu e Shopeju (2010) apresentam o caso do jornalista William Keeling, que foi prontamente deportado pelo governo de Babangida pela investigação e denúncia de corrupção na Guerra do Golfo (1990-1991). Mais de U\$ 12 bilhões ligados à Babangida não haviam sido reportados.

²² Em novembro de 1993, a alta corte de Lagos (sul da Nigéria, estado onde nasceu Shonekan) declarou ilegal o governo interino.

mas ao contrário de seus antecessores, o General era de origem Kanuri. Com sua tomada de poder, várias rebeliões (em especial ao sul do país) se rebelaram e foram prontamente esmagadas pelo poderio militar coordenado por Abacha. Em paralelo ao combate de opositores, agentes do estado fizeram com que líderes partidários fossem executados ou forçados a deixar o país, a liberdade de imprensa foi restringida com a prisão de jornalistas; dentre os muitos presos durante o regime, estava também o General Obasanjo, antigo chefe de estado. Ken Saro Wiwa, líder dos Ogoni, foi executado. Em 1995, Abacha montou uma conferência para alterar a Constituição e conferir ao ditador a capacidade de determinar sua duração no comando do país – ignorando completamente o retorno ao governo civil. Mais do que os governos anteriores, o período Abacha mostra como a violenta disputa política entre grupos fere a abordagem democrática de preservação dos direitos humanos, limita a participação popular e cria um cenário pouco coerente com a heterogeneidade da sociedade nigeriana. Em 1998, um ataque cardíaco tira a vida do General e um novo governo interino é alçado, com a transição de volta para o governo eleito como carro chefe. Sob a liderança do General Abubakar, os cinco partidos que Abacha havia instaurado foram dissolvidos e três outros consolidados.

Em 1999, Obasanjo é eleito presidente da Nigéria²³. A nona troca no poder esteve longe de perfeita, ao passo que foi conduzida de cima por uma elite dedicada a proteger seus interesses num governo não militar (OBI, 2011). O próprio Obasanjo já havia liderado o país anteriormente, portanto a transição na prática não foi sinônimo de mudança para os nigerianos (ibid.). Ele concorreu contra Olu Falae, sulista, cristão e iorubá que havia integrado o governo de Babangida. Esse momento na história política da Nigéria reflete mais uma vez a presença constante das mesmas figuras e a persistência das elites. Olhando para nossas três dimensões, vemos o retorno do mesmo enquadramento sociocultural depois de vinte anos. Obasanjo, como coloca Daloz (2003), é um exemplo emblemático de como esses “novos líderes” pós administração militar em países africanos²⁴ são na verdade políticos experientes que retornam aos seus cargos mesmo que tenham passado muito tempo longe dele. Mesmo assim, o governo civil de Obasanjo ficou conhecido pela corrupção endêmica e tamanha foi a apropriação de recursos que revoltas e conflitos sociais

²³ Dados do African Elections Database mostram os resultados: 67,78% para Obasanjo contra 37,22% para Falae. A taxa de votos válidos não passou dos 50% da população total.

²⁴ No Benin, por exemplo, Mathieu Kérékou foi um líder militar que via golpe, tomou o controle do seu país em 1972 e persistiu até 1991. Depois, em 1996, ele venceu as eleições (também controversas) e tornou-se presidente da República do Benin, cargo que ocupou por mais dez anos.

continuaram. Em 2003, a quantidade de partidos que disputaram a presidência aumentou de 3 para 20 e ainda assim, Obasanjo venceu com quase a mesma porcentagem de votos (61,94%); em segundo lugar ficou Buhari e com exceção do terceiro colocado²⁵ os demais com menos de 1% dos votos. Portanto nas duas eleições em que Obasanjo foi eleito presidente, percebe-se a prevalência de uma liderança já conhecida, com uma origem social familiar aos olhos das elites nigeriana. Tão fundamental é a tridimensionalidade dessa origem social que ao final do segundo mandato de Obasanjo, seu “sucessor” foi também um muçulmano experienciado na política.

O décimo revezamento elegeu um Fulani da região norte como o 13º presidente do país. Novamente as eleições foram contestadas por fraude e violência e dessa vez, pela continuidade do governo de Obasanjo – os dois eram do mesmo partido (PDP). Porém com a crise financeira de 2008, a renda da exploração do petróleo sofreu uma queda abrupta e caráter rentista do estado nigeriano contribuiu para aprofundar a desigualdade social e política no país. O então presidente Yar’Adua teve diversos problemas de saúde que enfim tiraram sua vida em 2010. Quem assumiu foi seu vice.

A décima primeira troca na presidência da Nigéria viu pela primeira vez um Ijaw assumir a principal cadeira no executivo. Goodluck Jonathan é um cristão de origem sulista que terminou o mandato de seu antecessor e saiu vitorioso nas eleições de 2011. Seu principal rival foi Buhari, que como nas eleições de 2003 e 2007, terminou em segundo lugar – derrota essa que provocou ainda mais casos de violência na região norte (LEWIS, 2011). Jonathan representa a continuidade do Partido Democrático do Povo. O PDP emplacou três de quatro presidentes desde o fim dos regimes militares em 1999, totalizando dezesseis anos no poder central. Durante seu governo, o grupo fundamentalista islâmico *Boko Haram* realizou ataques contra cristãos pelo país, além de uma série de bombardeios depois da inauguração do presidente Jonathan. Ele eventualmente tentou se a reeleição em 2015 mas não conseguiu.

O revezamento mais recente retornou Buhari à presidência, depois de um rígido governo militar e três tentativas frustradas de ser eleito. De origem nortenha, muçulmano e Fulani, o presidente da Nigéria praticamente²⁶ disputou as eleições apenas contra um cristão sulista de um grupo minoritário e venceu, dando um ponto final à hegemonia do PDP desde a redemocratização. O caso da última eleição na Nigéria retrata com precisão a tese

²⁵ Com 3,29% ficou o antigo presidente da República da Biafra, Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu.

²⁶ Segundo dados do INEC, nenhum dos outros doze partidos sequer chegou aos 60 mil votos. A disputa ficou polarizada entre dois candidatos, sendo que mais de 50% dos nigerianos não votaram. Ver: www.inecnigeria.org.

do permanente embate dentro de uma moldura regional, religiosa e étnica que desde a independência atravessa os revezamentos políticos no país. A polarização fica bem evidente no Mapa 3:

Mapa 3: Vitória eleitoral por Estados em 2015



Fonte: www.inecnigeria.org (INEC).

Ao compararmos o primeiro mapa com o acima, é notória a correspondência entre contornos étnicos que costuram o país e a manifestação popular (registrada) relacionada à origem social das figuras políticas mais proeminentes. Esse aspecto étnico aparece aliado às dimensões religiosa e regional e é evidente um predomínio de Buhari no norte do país. O simples fato de os dois principais candidatos carregarem aspectos socioculturais contrastantes (um todas as três dimensões, outro nenhuma delas) diz muito sobre o papel que esses elementos têm na construção da sociedade e da política nigeriana. Historicamente, elas sempre permearam a política, e parece que inevitavelmente continuarão a fazê-lo.

4. Conclusão

Ainda que a Nigéria tenha acabado com fortes regimes militares e mais recentemente realizado eleições a cada quatro anos, percebe-se que mesmo nos momentos onde as elites políticas não tiveram de fato o poder concentrado em suas mãos, elas sempre espreitaram o controle do executivo e frequentemente retornaram para o jogo, fosse essa volta democrática ou não. A violência nas disputas por poder durante os períodos militares serviu para enraizar o atrito entre os muitos grupos que integram o país (a secessão da República da Biafra aponta para esse afastamento). Nos últimos dezenove anos, todos os líderes eleitos para a presidência foram indivíduos já conhecidos na política nigeriana (dois dos quatro, generais aposentados), alçados por partidos que parecem preservar as mesmas orientações étnicas do começo da década de 60. Isto é, moldes institucionais que continuam arranjando o governo de acordo com interesses bastante restritos.

A história política do país está por demais associada ao obstáculo aparentemente incontornável que é o entrelaçamento de aspectos regionais, étnicos e religiosos que integram a sociedade nigeriana. Trata-se de um fenômeno antigo, anterior à independência, que transpassa as esferas econômica (em especial ligada ao petróleo), política e social. As missões cristãs do século XIX na Nigéria, por exemplo, foram em grande maioria mais bem sucedidas no sul do país. Os esforços imperialistas não só britânicos, mas também canadenses, italianos e estadunidenses não conseguiram penetrar as estruturas islâmicas da mesma forma (AYANDELE, 1966). Além de criar uma elite diferente daquela que dominava a região norte, aumentou o abismo político entre as duas metades do país (ibid.).

Os esforços de consolidar um federalismo eficiente no país, pensando na inclusão de atores diversos sem que os mesmos fosse excluídos de uma participação real na política, esbarraram no interesse de poderosos voltados prioritariamente para o aumento desse poder. Esses interesses são sustentados pelas elites, armadas das três dimensões aqui colocadas. O princípio de caráter federal, que visava um serviço público capaz de refletir as diversidades geográficas, religiosas e étnicas do país, serviu para agravar essas divisões. Criou líderes ineficientes e partidos tendenciosos na base de uma suposta distribuição igualitária. De certa forma, e como já afirmou Akiwowo (1972), a Nigéria luta contra um tribalismo institucionalizado.

Essa diversidade foi levada para a Constituição do país várias vezes, no sentido de apaziguar os conflitos e de alguma forma buscar uma unidade nacional. E a partir das leituras realizadas, é possível entender o quão difícil é quebrar esse ciclo de recorrência dos

mesmos atores, de corrupção generalizada e de marginalização política de grupos que não compartilham os mesmos traços identitários. A história da Nigéria mostra divisões territoriais e étnicas desde muito antes da presença britânica e enquadrar um modelo de democracia liberal no país é uma tarefa monumental. As elites nigerianas cimentaram uma arquitetura de apreensão de recursos e concentração política muito sólida, e muito já foi escrito sobre a promoção de desenvolvimento nesse contexto. O que fica é que a mera inserção de atores que carreguem traços distintos daqueles já imbuídos de poder não será sinônimo de igualdade se os recursos do país continuarem tão concentrados.

Para um futuro sustentável onde o país possa crescer e aproveitar seus recursos naturais disponíveis, de maneira a alavancar-se no cenário internacional, será necessário enfrentar essa força elitista que mantém a Nigéria em coma (FAGDABEBO, 2007). Se como enfatizaram Pareto (1984) e Mosca (1966), a existência das elites é algo natural nas sociedades humanas, é preciso buscar caminhos para garantir a harmonia desses muitos grupos que compõem a Nigéria, dentro de um território em comum que transcenda as divisões regionais. Um federalismo que não garante autonomia aos estados – como o brasileiro – e apenas cerca determinado grupo em relação a outro, não será capaz de transformar o país. Também não o fará a eleição de um indivíduo por sua origem social. Mas para a Nigéria alcançar uma democracia exitosa, fiel aos princípios de igualdade, respeito político e participação popular, é central pensar na organização da sociedade e das instituições através desse prisma sociocultural.

Referências Bibliográficas

ADAMOLEKUN, Ladipo; ERERO, John; OSHIONEBO, Basil. “Federal Character” and Management of the Federal Civil Service and the Military. **Publius: The Journal of Federalism**, v. 21, n. 4, p. 75-88, 1991.

AFRICAN ELECTIONS DATABASE. Disponível em: <http://africanelections.tripod.com/ng.html>. Acessado em: 16/11/2018.

AGBIBOA, Daniel Egiegba. Between corruption and development: The political economy of state robbery in Nigeria. **Journal of business ethics**, v. 108, n. 3, p. 325-345, 2012.

AIYEDE, E. Remi. Elite Competition, Institutional Change, and Political Responsibility. In: **Democracy and Prebendalism in Nigeria**. Palgrave Macmillan, New York, 2013. p. 103-120.

AKE, Claude. What is the Problem of Ethnicity in Africa?. **Transformation**, n. 22, 1993. Disponível em: <http://pdfproc.lib.msu.edu/?file=/DMC/African%20Journals/pdfs/transformation/tran022/tran022002.pdf>. Acessado em 19/10/2018.

AKIWOWO, Akinsola. Tribalism and nation-building in Nigeria. **Il Politico**, p. 79-98, 1972.

ALYSSA, Franz. “Gowon, General Yakubu Dan-Yumma (1934-). Disponível em: <https://blackpast.org/gah/gowon-general-yakubu-dan-yumma-1934>. Acessado em 20/09/2018.

ATOFARATI, Abubakar A. “The Nigerian Civil War: Causes, Strategies and Lessons Learnt.” CSC 1992. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/library/report/1992/AAA.htm>. Acessado em 17/09/2018.

AYANDELE, Emmanuel A. The missionary factor in northern Nigeria, 1870-1918. **Journal of the historical society of Nigeria**, v. 3, n. 3, p. 503-522, 1966.

BAKRE, Owolabi M. Looting by the ruling elite, multinational corporations and the accountants: the genesis of indebtedness, poverty and underdevelopment in Nigeria. In: **University of Essex Tax Workshop, Essex Business School, University of Essex, UK, July**. 2008.

Boko Haram claims responsibility for bomb blasts in Bauchi, Maiduguri. Disponível em: <https://www.vanguardngr.com/2011/06/boko-haram-claims-responsibility-for-bomb-blasts-in-bauchi-maiduguri/>. Acessado em: 15/11/2018.

BRATTON, Michael; WALLE, Nicolas van de, (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 61-83. Disponível em: <http://sites.uci.edu/peofgs/files/2015/03/Bratton-van-de-Walle-pp61-82.pdf>. Acessado em: 7/11/2018.

DALOZ, Jean-Pascal. (2003). "Big Men" in Sub-Saharan Africa: How Elites Accumulate Positions and Resources, *Comparative Sociology*, 2(1), 271-285.

DANJIBO, Nathaniel; ASHINDORBE, Kelvin. O padrão de formação dos partidos políticos, sua evolução e a busca por integração nacional na Nigéria. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 5, 2018.

HISKETT, Mervyn. The Maitatsine riots in Kano, 1980: an assessment. **Journal of Religion in Africa**, p. 209-223, 1987.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Teoria das Elites. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IBHAWOH, Bonny. Structural adjustment, authoritarianism and human rights in Africa. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, v. 19, n. 1, p. 158-167, 1999.

IBENEGBU, George. States creation in Nigeria and their creators. Disponível em: <https://www.naija.ng/1096789-states-creation-nigeria-creators.html#1096789>. Acessado em 13/10/2019.

IKPE, Ukana B. (2009): The patrimonial state and inter-ethnic conflicts in Nigeria, *Ethnic and Racial Studies*, 32:4, 679-697.

ILESANMI, Simeon O. Constitutional treatment of religion and the politics of human rights in Nigeria. **African Affairs**, v. 100, n. 401, p. 529-554, 2001.

INYANG, Etiido Effiong. Echoes of Secession: The Hero, the Rebel, and the Rhetoric of Might in Nigerian Civil War Pictorial Propaganda. **African Studies Quarterly**, v. 17, n. 3, 2017.

ISICHEI, Elizabeth. The Maitatsine risings in Nigeria 1980-85: A revolt of the disinherited. **Journal of Religion in Africa**, p. 194-208, 1987.

KALU, K.A. (1996). Political economy in Nigeria: The military, ethnic politics and development. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 10(2), 229-247.

KIFORDU, Henry Ani. **Nigeria's political executive elite: Paradoxes and continuities, 1960-2007**. 2011.

_____. (2011), "Political Elite Composition and Democracy in Nigeria", *The Open Areas Journal*, Vol. 6 (16-31).

_____. Ethnic politics, political elite, and regime change in Nigeria. **Studies in Ethnicity and Nationalism**, v. 11, n. 3, p. 427-450, 2011.

KIRK-GREEN, A.H.M. Genesis of the Nigerian Civil War In: Scandinavian Institute of African Affairs Report No. 27. Upsala, 1975. Disponível em: http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/97133/ipublicationdocument_singledocu

ment/54783669-d417-44cf-802b-5b055acc89ad/en/27.pdf. Acessado em: 09/10/2018.

KITAUSE, Rimamsikwe Habila; ACHUNIKE, Hilary Chukwuka. Religion in Nigeria from 1900-2013. **Religion**, v. 3, n. 18, p. 45-57, 2013.

KWAJA, Chris. **Nigeria's Pernicious Drivers of Ethno-Religious Conflict (Africa Security Brief, Number 14, July 2011)**. National Defense Univ Washington DC Africa Center for Strategic Studies, 2011.

LAITIN, David D. (1982). The Sharia Debate and the Origins of Nigeria's Second Republic. *The Journal of Modern African Studies*, 20, pp 411-430.

LERGO, Tunga (2011). Deconstructing Ethnic Politics: The Emergence of a Fourth Force in Nigerian Political Discourse, *International Journal of Humanities and Social Science* Vol. 1 No. 15.

LEWIS, Peter. From Prebendalism to Predation: the Political Economy of Decline in Nigeria. 1996. *The Journal of Modern African Studies*, 34, pp 79-103.

_____. The Dysfunctional State of Nigeria. In: BIRSDALL, Nancy; VAISHNAV, Milan; AYRES, Robert. *Short of the Goal: U.S. Policy and Poorly Performing States*. Washington, DC: Center for Global Development, 2006. Disponível em: <http://www.cgdev.org/doc/shortofthegoal/chap3.pdf>. Acessado em: 23/09/2018

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. *Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política*. 2000.

MILLS, C. Wright. 2000 [1956]. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press.

MOSCA, Gaetano – “A classe dirigente”, em SOUZA, Amaury de (org.) – *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

OBI, Cyril. Taking back our democracy? The trials and travails of Nigerian elections since 1999. *Democratization*, 2001, 18:2, 366-387.

ODUBAJO, Tola. AS VARIÁVEIS DO AMBIENTE DOMÉSTICO E A ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA ADMINISTRAÇÃO BUHARI NA QUARTA REPÚBLICA DA NIGÉRIA. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Interacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, p. 74. 2017.

OLUSI, J.O.; OLAGUNJU, M.A. The Primary Sectors of the Economy and the Dutch Disease in Nigeria. In: *The Pakistan Development Review*, vol. 44, No. 2, pp. 159-175, 2005. Disponível em: <http://www.pide.org.pk/pdf/PDR/205/Volume2/159-175.pdf>. Acessado em: 07/11/2018

OMILUSI, Mike. Investigando o significado decrescente de governo e filantropia na Nigéria: Religião como refúgio?. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 5, 2018

_____. Elections with Tribal Marks: Interrogating the Primordial Sentiments in Nigeria's Electoral Democracy. **Elections in Nigeria: A Contemporary Analysis**. LAP Lambert Academic Publishing 2016.

OJUKWU, Chris C. e SHOPEJU, J.O (2010) "Elite Corruption and the Culture of Primitive Accumulation in 21st Century Nigeria" *International journal of Peace and Development Studies* 1(2):15-24. Disponível em: <https://academicjournals.org/journal/IJPDS/article-abstract/4F78D89600>. Acessado em: 28/08/2018

OSAGHAE, Eghosa E. Ethnic minorities and federalism in Nigeria. **African Affairs**, v. 90, n. 359, p. 237-258, 1991.

_____. The Ogoni uprising: oil politics, minority agitation and the future of the Nigerian state. **African Affairs**, v. 94, n. 376, p. 325-344, 1995.

_____. 1998. 'Managing Multiple Minority Problems in a Divided Society: The Nigerian Experience'. *The Journal of Modern African Studies* 36 (1): 1–24.

PARETO, Vilfredo. *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.

Results for 2015 Presidential General Elections. Disponível em: <http://www.inecnigeria.org/>. Acessado em 15/11/2018.

SALAWU, Beshiru. Ethno-religious conflicts in Nigeria: Causal analysis and proposals for new management strategies. **European journal of social sciences**, v. 13, n. 3, p. 345-353, 2010.

SIOLLUN, Max. *Oil, Politics and Violence: Nigeria's Military Coup Culture (1966-1976)*. New York: Algora, 2009.

SMITH, Abdullahy. Considerações concernentes a formação dos estados Hauças. **Afro-Ásia**, n. 13, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20814/13415>. Acessado em 21/09/2018/. Acessado em: 02/09/2018.

STEVENSON, John Allen. **Capitol gains: How foreign military intervention and the elite quest for international recognition cause mass killing in new states**. 2014. Tese de Doutorado. The University of Chicago.

TUKUR, Sani. Buhari declares June 12 Democracy Day to honour Abiola. Disponível em: <https://www.premiumtimesng.com/news/headlines/271397-breaking-buhari-declares-june-12-democracy-day-to-honour-abiola.html>. Acessado em: 09/11/2018

UCHE, Chibuiké. "Oil, British Interests and the Nigerian Civil War." *The Journal of African History*, vol. 49, no. 1, 2008, pp. 111–135. JSTOR, JSTOR.

UDEZE, Chuka. Babangida Biography and Other Facts You Need To Know About Him. Disponível em: <https://buzznigeria.com/babangida/>. Acessado em: 20/09/2018.

UMAR, Muhammad S. Hausa Traditional Political Culture, Islam, and Democracy: Historical Perspectives on Three Political Traditions. In: **Democracy and Prebendalism in Nigeria**. Palgrave Macmillan, New York, 2013. p. 177-200.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). World Population Prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables. Working Paper No. ESA/P/WP.241. Disponível em: https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf.

VAUGHAN, Olufemi. Ethno-Regionalism and the origins of federalism in Nigeria. In: **Democracy and Prebendalism in Nigeria**. Palgrave Macmillan, New York, 2013. p. 227-242.

WRIGHT, Stephen (1984). Nigeria: The 1983 elections, The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs, 73:289, 69-75,

ZUCKERMAN, Alan. The Concept " Political Elite": Lessons from Mosca and Pareto. **The Journal of Politics**, v. 39, n. 2, p. 324-344, 1977.